

Conselhos Municipais como mecanismo de participação social e desenvolvimento das áreas rurais: caso dos Conselhos Municipais do Projeto Renascer

Erica Xavier de Souza

Henrique Osvaldo Monteiro de Barros

Faculdade de Boa Viagem - FBV

Abstract

The focus of this study was the structure, objectives, effectiveness and efficacy of the Municipal Councils as public policies instruments locally. Particularly, the case of Renascer Project's Municipal Councils – name adopted in state of Pernambuco by the PCPR – Project Against Rural Poverty, funded by the World Bank. These councils were created originally as pre-requisites of the cooperation agreed between the World Bank and Pernambuco's Government, being today a mechanism for the unification of the programs' actions of Renascer Project and related communities. Since 1990, with the State's role reduction, it urged the creation of mechanisms to strengthen the technical frame's reduction at municipal and state level. Given the exposed above, a greater action in the organization of local groups is proposed to the Council, which result would be the creation and execution of better structured projects, whether by its objectives, whether by the manner the are socially organized. Despite all the limitations, it is worthwhile highlighting that Project Renascer's Councils experience was validated by a sample of its members. Adding that to the critics and suggestions offered by members of its Technical Units, a valuable information set was obtained which offer clues for the improvement of the management strategies of this most expressive project for Pernambuco's and Northeast's rural development.

Key-words: municipal councils, social participation, local development, Project Renascer.

Resumo

Este estudo buscou discutir a estrutura, objetivos, efetividade e eficiência dos conselhos os Conselhos Municipais enquanto instrumento de políticas públicas a nível local. Em particular, buscou-se tomar o caso dos Conselhos Municipais do Projeto Renascer – nome assumido em Pernambuco pelo PCPR - Projeto de Combate à Pobreza Rural, financiado pelo Banco Mundial. Conselhos estes criados inicialmente como pré-requisito do convênio firmado entre o Banco Mundial e o Governo de Pernambuco, sendo hoje um mecanismo de unificação das ações dos programas do Projeto Renascer e as comunidades beneficiadas. Sabe-se que foi a partir dos anos 1990, a redução do papel do Estado exigiu a criação de mecanismos para reforçar a diminuição dos quadros técnicos a níveis municipal e estaduais. A abertura dada pela Constituição de 1988 e o apoio do Banco Mundial, levou à criação de Conselhos locais para discussão e encaminhamento de projetos de desenvolvimento, como uma alternativa para gestores públicos e instituições de apoio internacional, passados cerca de 15 anos do início desse processo, definiu-se como problema de pesquisa a seguinte questão: Apesar de todas as limitações, valeria a pena ressaltar que a experiência dos Conselhos do Projeto Renascer foi validada por uma amostra de seus membros. Somando-se isso às críticas e sugestões oferecidas por membros de suas Unidades Técnicas, obteve-se um conjunto valioso de informações que oferecem pistas para o aperfeiçoamento das estratégias de gestão desse projeto tão expressivo para o desenvolvimento rural de Pernambuco e do Nordeste.

Palavras-chave: conselhos municipais, participação social, desenvolvimento local, Projeto Renascer.

1 Introdução

Durante a década de 90 grandes mudanças aconteceram na ordem política e econômica mundial. No Brasil não foi diferente; do plano nacional ao local, as modificações foram, em parte, reflexo do que acontecia no ambiente externo.

Sabe-se que os processos de descentralização e de participação social que ganharam impulso tanto nos chamados países em desenvolvimento como nos desenvolvidos e que passaram a ser objeto de recomendação por parte das organizações internacionais de financiamento e cooperação técnica, a partir dos anos 80, tiveram como uma de suas referências esses fenômenos mundiais de democracia participativa, materializando-se na criação de diversos tipos de movimentos e organizações sociais e na implementação de reformas administrativas descentralizadoras em um grande número de países.

Diante dos fatos acima mencionados a visão do “papel do Estado” começou a mudar no final da década de 80, onde se iniciou, uma reflexão sobre a sua ação nos âmbitos econômico e social. Tal discurso teve seu nascimento na esfera internacional e depois na esfera nacional, onde a população passou a cobrar mais empenho e responsabilidade dos governantes quando da aplicação dos recursos e do uso da máquina pública, em benefício de ações capazes de promover o máximo possível o bem estar social, assim como proporcionar o desenvolvimento sustentável de seu povo. Lubambo (2005, p.16) apresenta alguns motivos que deram mais sustentação ao cenário atual de transparência e governabilidade nas ações do governo, quando diz que: “O Brasil, pelas reformas constitucionais, pelos movimentos sociais e pelas inovações políticas que encerrou nos últimos anos, vem consolidando uma larga experiência com participação nos níveis locais de governo”, **fazendo com que a população tenha condição de reavaliar a ação do governo.** Esta “nova” reflexão da ação do Estado está voltada para todas as suas funções de governo, tais como: educação, saúde, cultura, agricultura entre outras.(Grifos nossos)

Com a consolidação deste novo cenário, onde a mudança da forma de pensar da população e o surgimento de mecanismos de controle e acompanhamento das ações do setor público, tanto a partir da população como de dispositivos legais, os quais possuem o poder legislativo, os Tribunais de Contas e o Ministério Público, como entes fiscalizadores do cumprimento de tais dispositivos. Foi após várias tentativas durante anos, que se iniciou com a criação de movimentos políticos e comunitários desordenados, os quais evoluíram com o passar do tempo e culminou com o surgimento de instituições consolidação de associações organizadas e legitimadas: os conselhos.

Sabe-se que há conselhos vinculados às mais diversas áreas do setor público e social, tais como: saúde, educação, cultura, merenda escolar, criança e do adolescente, desenvolvimento rural, entre outros. Esta dissertação fará um estudo nos conselhos vinculados à área agrícola e suas extensão. Dentre os conselhos vinculados a área anteriormente mencionada, e objeto de estudo, tem-se os Conselhos de Desenvolvimento Rural.

Um fato preocupante é que, apesar da existência de Conselhos de Desenvolvimento Rural em mais de um quinto dos municípios brasileiros, estes conselhos são muito recentes, o que explica a inexistência de poucos estudos sistemáticos de caráter nacional a seu respeito.

Diante do que foi mencionado acima, este artigo realizou um estudo abordando: estrutura, objetivos, efetividade e eficiência dos conselhos criados para o Projeto Renascer. Conselhos estes criados inicialmente como pré-requisito do convênio firmado entre o Banco Mundial e o Governo de Pernambuco, sendo hoje um mecanismo de unificação das ações dos programas do Projeto Renascer e as comunidades beneficiadas.

Escolheu-se o Projeto Renascer, pelo fato deste projeto ser uma iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco em parceria com o Banco Mundial para promover o desenvolvimento social e econômico das áreas rurais do estado, através do financiamento de projetos de associações locais e prefeituras municipais.

A Unidade Técnica do Projeto Renascer é um órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – SDSC que gerencia e articula os projetos de desenvolvimento local e combate à pobreza rural de responsabilidade do Governo do Estado de Pernambuco, além de coordenar o chamado “Programa de Combate a Pobreza Rural – PCPR”. Como parte do processo de tomada de decisão, o Projeto Renascer mantém Conselhos Municipais para aprovação e acompanhamento dos projetos submetidos à aprovação da Unidade Técnica.

2 Referencial teórico

Esta seção do artigo apresenta a fundamentação teórica do estudo em questão, portanto, a mesma está dividida nas seguintes ramificações: o papel da participação social, conceito e importância dos conselhos, os conselhos municipais e o processo de descentralização da gestão de recursos do Brasil e os conselhos do Projeto Renascer.

2.1 O papel da participação social

O tema da participação dos cidadãos nas sociedades contemporâneas tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores, cujas análises e conceituações, ainda que muitas vezes complementares, ainda não são suficientes para explicar na totalidade os modos pelos quais se caracteriza e se efetiva a participação. Trata-se de um processo complexo, que envolve diversos agentes sociais, e se relaciona diretamente com a formação histórica das sociedades e com os modos de interação entre os grupos sociais, bem como com a capacidade de se organizar e influenciar as decisões de interesse, produzindo a correlação de forças dentro da sociedade.

De acordo com estudiosos como Pateman e conforme a época e a conjuntura histórica, a palavra participação aparece associada a outras, como democracia, representação, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão etc. (PATEMAN, 1992).

Corroborando essa proposição, registram-se os estudos de Pizzorno. Para este pesquisador, a participação política é uma ação de solidariedade para com o outro, no âmbito de um Estado ou de uma classe, para conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesse dominante. (PIZZORNO apud GOHN, 2001, p. 25).

O que é importante observar sobre o questionamento acima é que os problemas de governabilidade e não-governabilidade são fenômenos complexos, existindo várias hipóteses para explicar um e outro. Contudo, o que chama a atenção é a que diz, segundo Bobbio (2000, p. 548) “a não-governabilidade é o produto conjunto de uma crise de gestão administrativa do sistema e de uma crise de apoio político dos cidadãos às autoridades e aos governos (...)”.

2.2 Os Conselhos Municipais e o processo de descentralização da gestão de recursos do Brasil

Pesquisando sobre a definição de conselhos na literatura, encontramos a definição de conselhos operários, elaborada por Norberto Bobbio, renomado pesquisador das ciências políticas, utilizou-se, inicialmente a definição deste pesquisador, para que se entenda a origem e entendimento da instituição Conselhos.

De acordo com Bobbio (2000, p.235), entende-se por conselhos operários, segundo o significado literal da expressão, os organismos representativos colegiais que reproduzem as características formais do “conselho” como órgão de poder revolucionário, ou seja: a) referência a coletividade concretas – neste caso os operários ocupados nas diversas empresas que lhes determinam o corpo eleitoral e a composição; b) formação baseada no princípio da delegação por parte de tais coletividades, em geral a modo de mandato imperativo e revogável; c) fusão, no âmbito dos seus poderes, das funções legislativa e executiva.

De acordo com alguns analistas, os conselhos são órgãos de integração social, modernização do aparelho estatal, aperfeiçoamento da democracia representativa. Para outros, os conselhos expressariam um dos momentos e uma das formas de construção de um novo Estado; formas avançadas de constituição e realização da Política, com P maiúsculo, onde os conflitos não são suprimidos, ignorados ou esmagados, mas, ao contrário, são trabalhados, negociados, resultando não na afirmação de um grupo sobre outro, mas na vitória do consenso negociado, na eliminação do domínio pela hegemonia das posições predominantes. (GHON, 2001)

Um conceito que está bastante relacionado no cenário dos conselhos é o de Controle Social, sendo que este, segundo Bobbio (2000, p.283) corresponde:

...ao conjunto de meios de intervenção, quer positivos quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo.

Outro conceito que também está relacionado ao cenário dos conselhos é a autogestão, que em sentido lato se deve entender como um sistema de organização das atividades sociais, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas (atividades produtivas, serviços, atividades administrativas). De acordo com a definição de autogestão tem-se que as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos aí participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades, definidas por cada uma das estruturas específicas de atividade. Pode ser relacionar, a título de exemplo, as empresas, escolas, bairros.

São, portanto, identificáveis duas determinações essenciais do conceito de Autogestão. A primeira é a superação da distinção entre quem toma as decisões e quem às executa, no que respeita ao destino dos papéis em cada atividade coletiva organizada com base na divisão do trabalho. A segunda é a autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades concretas na definição do processo decisório. (BOBBIO, 2000).

Os conselhos gestores de políticas públicas podem ser considerados, como novos arranjos políticos que resgatam a esfera pública de decisão e deliberação da população se revelam atrelados a uma cultura política caracterizada por relações sociais autoritárias. Faz-se urgente rever o conceito de poder local para minimizar ou corrigir a desordem institucional e alavancar o desenvolvimento local fundamentados na equidade, justiça e sustentabilidade ambiental.

2.3 Os Conselhos do Projeto Renascer.

O Projeto Renascer é uma iniciativa criada pelo governo estadual a partir de 1997, com a finalidade de combater a pobreza e incentivar o desenvolvimento social e produtivo em comunidades rurais no estado. Este projeto inclui a uma unidade técnica, atualmente, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do Estado.

O projeto apóia iniciativas produtivas, capacita trabalhadores para a montagem de empreendimentos locais auto-sustentáveis e libera recursos para a construção de equipamentos de infra-estrutura básica para comunidades organizadas.

Em busca de novas oportunidades para o homem do campo, o Renascer apóia financeiramente projetos sociais, produtivos e de infra-estrutura, prestando assistência técnica e extensão rural, em parceria com a Ebape, Incra e ONG's.

Entre as ações do projeto, estão: entrega de títulos de propriedade, habitação, programas de melhoria do processo produtivo, instalação de dessalinizadores, construção de poços, cisternas e barragens e projetos de irrigação.

A missão, visão e valores do Projeto Renascer incluem:

- a) Missão: Gerenciar programas de desenvolvimento local integrado e sustentável, voltados para melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais pobres do Estado de Pernambuco.
- b) Visão: Ser referência nacional na gestão de Programas de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável em comunidades rurais pobres.
- c) Valores: dentre os valores existentes, tem-se como principais do projeto a: democratização, participação, transparência e responsabilidade social.

Sabe-se que toda instituição para manter-se em atuação deve elaborar estratégias, caminhos que ajudaram a entidade a atingir seus objetivos, para o Renascer, elas envolvem:

- a) Promover a gestão participativa e descentralizada dos programas;
- b) Estabelecer comunicação ágil, simples e confiável ao público interno e externo;
- c) Prestar serviços com qualidade ao cliente;
- d) Otimizar a aplicação;
- e) Adequar Recursos Humanos às exigências de trabalho das Unidades técnicas – Unitec.

O gráfico 1, evidência a composição dos recursos aplicados por categoria, onde se verifica que 59% dos recursos foram alocados na categoria infra-estrutura, 24% foram alocados em projetos produtivos e 17% em projetos sociais. Verifica-se que houve 1.025 subprojetos, dos quais 737 subprojetos foram na categoria infra-estrutura, 246 foram na categoria produtivos e apenas 42 foram na categoria sociais.(Vide gráfico 2)

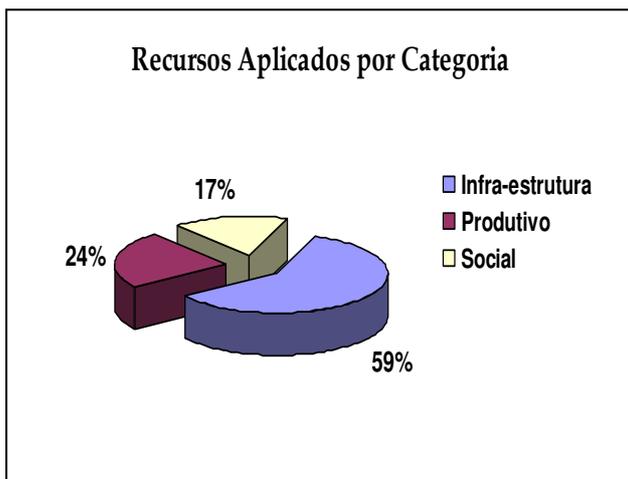


Gráfico 1 - Composição dos Recursos Aplicados no Projeto Renascer por Categoria
Fonte: www.renascer.pe.gov.br, 2005.

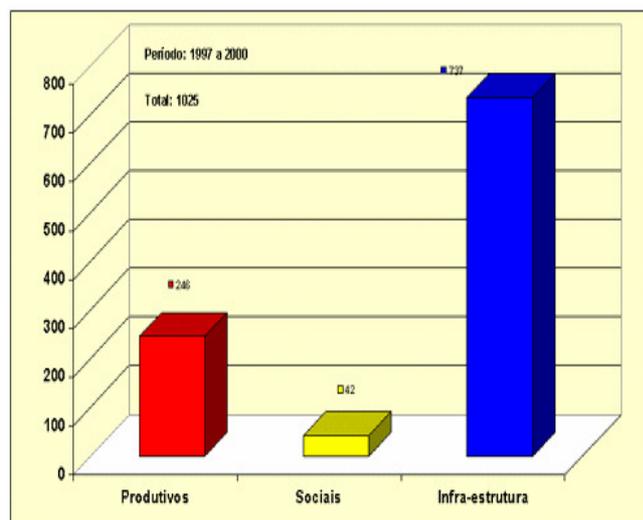


Gráfico 2 - Número de Subprojetos no período de 1997 a 2000.
Fonte: www.renascer.pe.gov.br, 2005.

Atualmente o projeto conta com 8 escritórios regionais, chamados de Unidades Técnicas Regionais. Esta iniciativa forneceu uma gestão mais descentralizada, com maior grau de eficiência e eficácia das ações do projeto. Vale ressaltar que das 8 UTR's, apenas uma fica em Recife e as outras estão estabelecidas em diversos lugares do Estado, a saber:

- No Sertão, as unidades técnicas encontram-se nos Municípios de: Petrolina, onde há coordenação e acompanhamento de 15 municípios vinculados; em Salgueiro, com a coordenação e acompanhamento de 24 municípios vinculados, e em Arcoverde que conta com 25 municípios associados;
- Já no Agreste, as unidades técnicas encontram-se em Caruaru, que tem 24 municípios sob sua responsabilidade; e em Garanhuns, onde por sua vez há 26 municípios vinculados;
- Na região da Mata, têm-se, nas cidades de Limoeiro e Palmares mais duas unidades técnicas, com 24 municípios e 22 municípios sob suas responsabilidades, respectivamente;
- Por fim, há uma unidade técnica que atende a Região Metropolitana do Recife – RMR, onde há 13 municípios vinculados ao projeto.

3 Metodologia

Esta seção do artigo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Nesta etapa, foram definidos o método, a estratégia de pesquisa e os procedimentos para a análise dos dados.

3.1 Tipo e estratégia da pesquisa

O método a ser adotado será o dedutivo associado à técnica de análise documental direta e indireta. A fim de atingir os objetivos já descritos, a pesquisa se desenvolverá a partir da combinação de diversos tipos de investigação científica, entre os quais se incluíram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudos de caso, análise de narrativas e levantamentos por amostragem entrevista pessoal, confecção e aplicação de um questionário de pesquisa.

3.2. Instrumento e Coleta de Dados

Instrumento de Coleta de dados, questionário, foi aplicado na forma de entrevista, pois esta técnica permite um maior contato entre o entrevistado e o entrevistador, contribuindo dessa forma para um maior comprometimento do primeiro para com o entrevistador. Estas duas técnicas garantiram a obtenção de informações necessárias sobre o tema pesquisado, conselhos municipais.

Segundo Selltiz, Wrightsman e Cook (1987, p. 15) fazem uma breve comparação entre entrevistas e questionário:

Embora entrevistas e questionários dêem ambos forte crédito à validade dos relatos verbais, há importantes diferenças entre os dois. Num questionário, a informação que se obtém é limitada às respostas escritas dos sujeitos à questão pré-elaboradas. Numa entrevista, uma vez que o entrevistador e o entrevistado estão ambos presentes, à medida que as questões são formuladas e respondidas, há oportunidade para um cuidado maior na comunicação das questões e em fornecer informação.

Diante disso, uma grande vantagem da entrevista sobre o questionário, é produzir uma melhor amostra da população em estudo. Outra importante vantagem da entrevista é a grande potencialidade de corrigir enganos dos informantes. Em um questionário, se o sujeito interpreta erroneamente uma questão ou registra sua resposta de maneira desconcertante, normalmente há pouco a ser feito para mediar a situação.

Em uma entrevista, há possibilidade de se ajudar no esclarecimento da questão antes que as respostas sejam registradas. Por isso, a entrevista aqui desenvolvida relatou informações complexas como emocionalmente carregadas por favorecer o aparecimento de sentimento subjacente a uma opinião expressa.

Com relação ao conteúdo das questões formuladas no questionário, as mesmas foram obtidas através do próprio contexto, sobre aquilo que se acredita e vivencia na prática, pessoas essas que de fato estão diretamente atrelados a situações que permite condições de esclarecer informações desejadas. Assim como foi estruturado com perguntas fechadas e abertas, as perguntas fechadas sendo em número menor em relação às abertas, pois foram destinadas à obtenção de respostas mais precisas e padronizadas, facilitando assim a sua aplicação, codificação e análise. Já com as perguntas abertas, almejamos obter respostas mais ricas e variadas referentes ao tema em estudo nesta pesquisa.

3.3 Sujeito da pesquisa

Durante o estudo de campo foram realizadas entrevistas com 14 Conselheiros, e com 13 técnicos e coordenadores de um contingente total de 83 técnicos. Os Conselheiros entrevistados fazem parte dos seguintes municípios do Estado de Pernambuco: Aliança, Abreu e Lima, Bezerros, Camaragibe, Caruaru, Carpina, Gravatá, Goiana, Ipojuca, Igarassu, Limoeiro, Nazaré da Mata, Paudalho e Timbaúba; vale ressaltar que os Técnicos e coordenadores entrevistados forma os responsáveis pelas unidades técnicas regionais vinculadas aos municípios supra citados. Em especial, selecionaram-se técnicos que trabalham diretamente com os Conselhos, além de 8 técnicos das Unidades Técnicas Regionais, sendo 3 da Região Metropolitana do Recife, 3 da Regional de Caruaru e 2 da Regional de Limoeiro. As entrevistas ocorreram entre junho e setembro de 2005.

Quadro 1 - Entidades as quais os conselheiros entrevistados estão vinculados

| Entrevistado | Entidade | Cidade |
|--------------|---|--------------|
| A | Associação dos Amigos de Chã do Camará | Aliança |
| B | Associação Micro Produtores Rurais de Pitanga | Abreu e Lima |
| C | Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Casajeira | Bezerros |

| | | |
|---|---|----------------|
| D | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camaragibe | Camaragibe |
| E | Associação dos Produtores Rurais Sítio Mata Negro | Caruaru |
| F | Associação dos Pequenos Agricultores da Comunidade Sítio Saco de Caramuru | Carpina |
| G | Associação dos Pequenos Agricultores de Garrafas | Gravatá |
| H | Colônia de Pescadores Z-17 Tejicupapo | Goiana |
| I | Associação dos Agricultores e Criadores de Pirajá | Ipojuca |
| J | Associação dos Agricultores Rurais de Igarassu | Igarassu |
| K | Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Guia | Limoeiro |
| L | Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Engenho Morojo | Nazaré da Mata |
| M | Clube de Mães da Vila Guadalajara | Paudalho |
| N | Associação dos Produtores Rurais de Timbaúba | Timbaúba |

Fonte: Elaborado a parti das entrevistas realizadas com os conselheiros, em 2006.

3.4 Método de Análise de Dados

Para atingir os objetivos propostos nesta Dissertação foram utilizados dois métodos de análise de dados: a) análise descritiva e b) análise cruzada. Nos dois casos as análises foram feitas com o auxílio do aplicativo estatístico SPSS para Windows versão 10.0.

Durante a análise descritiva, cada variável é estudada isoladamente, ou melhor, realiza-se uma descrição das diversas variáveis estudadas. Quanto à análise cruzada foram estudadas duas ou mais variáveis em conjunto, buscando encontrar algum grau de associação entre elas.

4 Resultados do Estudo Empírico

Esta seção do artigo apresenta os resultados obtidos da pesquisa de campo realizada em um município do Estado de Pernambuco.

4.1 Perfil dos Respondentes.

De maneira geral, os resultados sugerem um perfil dos conselheiros apontando para uma escolaridade diversificada, onde a maioria não chegou a atingir o curso superior completo. De qualquer forma, o fato de quase todos possuírem pelo menos o ensino médio representa uma escolaridade que supera a média da área rural do Nordeste. (Vide Gráfico 3). Já o Gráfico 4 evidencia que em geral, as equipes de coordenadores e técnicos apresentam quase todos uma formação além da superior, completada por cursos de especialização e mestrado.

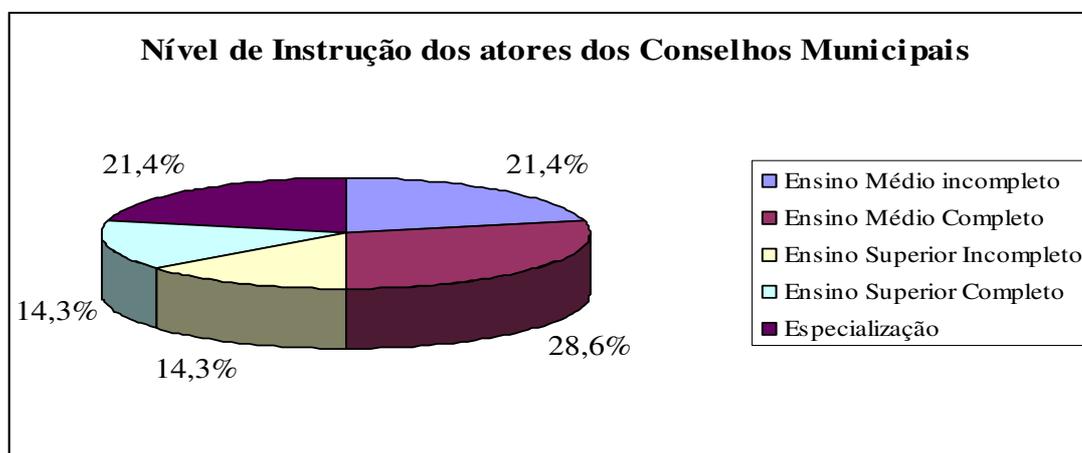


Gráfico 3 - Nível de Instrução dos Conselheiros dos Conselhos Municipais do Projeto Renascer

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

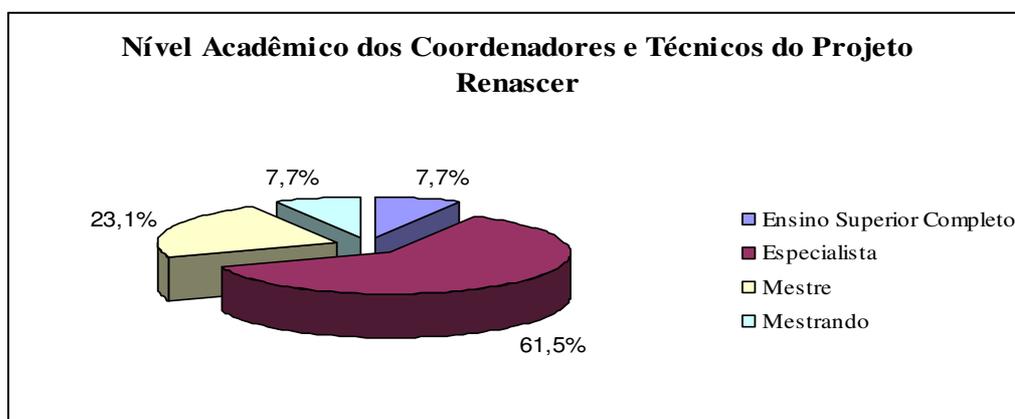


Gráfico 4 - Nível Acadêmico dos Técnicos e Coordenadores do Projeto Renascer.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

4.2 Resultado Empírico quanto ao fato das ações do Projeto Renascer atendem ao seu papel conforme seus objetivos constitucionais.

Em relação ao atendimento das demandas da comunidade por parte do Projeto Renascer, a Tabela nº 2 sugere que a maior parte dos entrevistados acredita na capacidade do projeto. Em sua maioria, são pessoas que já participam dos conselhos entre 3 e 5 anos. Essa visão positiva dos Conselhos se estende aos mesmos como instrumento de aprovação dos projetos de desenvolvimento local formulado pelas comunidades, como apontado na Tabela 3.

Tabela 1 – Atendimento de demandas pelo Projeto Renascer

| Classificação do Projeto Renascer | Tempo no Conselho | | | | Total | % |
|---|-------------------|-------------|-----------------|-------------|-----------|------------|
| | Entre 5 e 3 anos | % | Entre 2 e 1 ano | % | | |
| O projeto atende plenamente as demandas da comunidade | 1 | | 1 | | 2 | 14,3 |
| O projeto atende parcialmente as demandas da comunidade | 11 | | 1 | | 12 | 85,7 |
| O projeto não atende as demandas da comunidade, mas a demandas planejadas pelo próprio projeto para a comunidade. | | | | | | |
| Total | 12 | 85,7 | 2 | 14,3 | 14 | 100 |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2005.

4.3 Resultado Empírico quanto aos Conselhos são mecanismos suficiente para aprovação dos projetos

Quando se indagou o fato de os conselhos serem considerados como um mecanismo suficiente para a aprovação dos projetos, tem-se que em sua maioria os respondentes disseram que era suficiente, como se verifica:

— Os representantes da comunidade (associações) estão aptos a analisar e aprovar as propostas, No entanto, precisa de reconhecimento de seu valor pelo poder público, assumindo a responsabilidade de uma verdadeira parceria, respeitando e

oferecendo as condições possíveis para funcionamento do conselho, tendo em vista que o mesmo não dispõe de recursos próprios, onde na maioria das vezes as comunidades assume precariamente as despesas na busca de projetos. (Entrevistado A, entrevista [es 1], 19 agost. 2006).

— Agora a comunidade fica sabendo o que acontece com o projeto. Discutimos o projeto com a comunidade e também tem ação e força no aspecto da realização das obras e faz com que as coisas aconteçam, o conselho é o braço direito do Renascer. (Entrevistado F, entrevista [es 2], 19 jul. 2006).

Com base nas respostas dos entrevistados, percebe-se que há uma crença no papel dos conselhos como instrumento de expressão da vontade das comunidades, embora com recursos insuficientes para desempenhar o seu papel na elaboração (“busca”) de projetos.

4.2 Resultado Empírico quanto aos projetos atendem aos objetivos das associações

As respostas quanto ao fato dos projetos atenderem aos objetivos das associações foi respondida da seguinte maneira:

– Sim, Quando as propostas são aprovadas pelo conselho, havendo antes uma priorização pela comunidade. (Entrevistado A, entrevista [es 10], 19 jan. 2006).

– Não, Por falta da liberação dos projetos, pois seu comentário é diversificado, mas pouco executado pelo órgão competente da liberação. (Entrevistado B, entrevista [ap 10], 16 jan. 2006, grifos correspondem à ênfase na fala do respondente).

– Sim, porque o conselho é democrático, aonde o projeto vem atuando nas decisões influenciadas pelas associações. Lembrando que as reuniões são mensais, e a ajuda da gestão atual aos senhores do campo não é tão atuante de como a de antes, pois na chegada dos representantes rurais a estrutura para recebê-los são precárias. (Entrevistado C, entrevista [es 11], 23 jan. 2006, grifos correspondem à ênfase na fala do respondente).

5 Conclusão

Para a primeira das três questões, a opinião geral é de que os Conselhos Municipais do Projeto Renascer atendem aos seus objetivos, uma vez que para a maioria dos entrevistados dos conselhos (85,7%), os mesmos seriam mecanismos suficientes para aprovação dos projetos.

As respostas também ofereceram algumas sugestões para o aperfeiçoamento dos Conselhos locais. Os Conselheiros ofereceram sugestões que poderão ser úteis na definição de programas de treinamento de seus integrantes e de gestores públicos, o que poderá ampliar a efetividade das funções desses organismos de decisão.

Da parte dos conselheiros, foram apontadas, entre outras, as seguintes dificuldades:

- a) Falta de recursos para os conselhos se deslocarem para fazer o acompanhamento dos projetos aprovados;
- b) Dificuldade em elaborar as prestações de contas, pelo fato de não estarem capacitados ou pela falta de informações por parte dos associados e dos conselhos;
- c) Capacitação em relação à gestão de programa e projetos por parte dos conselhos;
- d) Ausência do poder legislativo para trabalhar em parceria com o conselho e as associações.

Entre as sugestões para a melhoria do próprio Projeto Renascer, valeria destacar:

- a) Ampliar parcerias estratégicas;
- b) Incorporar a preocupação com o meio ambiente no preparo de todas as atividades/ações do projeto;

- c) Manutenção de um professor de capacitação processual permeando todos os subprojetos;
- d) Apoiar ações/atividades produtivas tradicionais que se apresentam deficientes ou pouco rentáveis;
- e) Favorecer o fortalecimento de processos organizacionais com vistas à construção de projetos/ações estruturadores (ações orientadas por objetivos);
- f) Ampliação das representações junto ao conselho/ fórum;
- g) Maior integração das políticas públicas nos três níveis de governo;
- h) Promover uma maior discussão acerca do “desenvolvimento local sustentável” procurando discutir com o município um plano de investimentos a médio prazo, definindo responsabilidades e ações entre os parceiros envolvidos.
- i) Que os trabalhos fossem realizados na própria comunidade. Seria o momento de divulgação do programa. Uma sugestão é que as reuniões do conselho sejam realizadas nas comunidades, pois haveria uma maior participação dos associados, e não só do presidente da associação;
- j) Trabalhar mais o associativismo e cooperativismo dentro das comunidades para o sucesso dos projetos implantados.
- k) Investimento na organização dos grupos sociais na tentativa de ampliar o capital social, possibilitando a realização de projetos estruturados.

Dessas sugestões, valeria sublinhar algumas categorias fundamentais. A primeira diz respeito ao papel do poder público na preparação dos Conselhos para melhor exercerem seu papel de estimular, aprovar e acompanhar projetos de desenvolvimento local. Essa questão é polêmica, já que não existem padrões de referência para serem seguidos nessas capacitações. Trata-se de um tema a ser aprofundado em futuros trabalhos acadêmicos.

Outra categoria de sugestões refere-se ao apoio a projetos/ações de natureza produtiva, em contraste com outras de caráter formativo ou de atendimento a necessidades básicas coletivas. Trata-se de outro tema onde a visão das comunidades quanto ao seu próprio futuro pode ser esclarecedora e merece ser buscada em outras investigações.

Uma outra preocupação refere-se ao aumento do papel/participação das comunidades nas ações do programa de desenvolvimento. Algumas sugestões apontam para as vantagens de uma presença maior do Conselho nas comunidades, talvez sugerindo que isso possa informar melhor os conselheiros sobre a realidade local, dessa forma ajudando na tomada de decisões com maior interesse social.

Outro conjunto de sugestões aponta para o cooperativismo como forma de ampliar o alcance dos projetos produtivos. Sugerem esses técnicos que o Conselho poderia induzir os grupos beneficiários a melhor se organizarem para extrair maiores frutos das atividades financiadas pelo programa.

Como observação final, valeria a pena ressaltar que a experiência dos Conselhos do Projeto Renascer foi validada por uma amostra de seus membros. Somando-se isso às críticas e sugestões oferecidas por membros de suas Unidades Técnicas, obteve-se um conjunto valioso de informações que oferecem pistas para o aperfeiçoamento das estratégias de gestão desse projeto tão expressivo para o desenvolvimento rural de Pernambuco e do Nordeste.

6 Referência Bibliográfica

BOBBIO, Norberto. MATEUCCI, Nicola. PASQUENO, Gianfranco. **Dicionário de Políticas**. 5º ed. Brasília: UnB, 2000.

GOHN, Maria da Glória M. **Conselhos Populares e participação popular**. São Paulo: Atlas, 2001.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. COELHO, Denilson Bandeira. **Atores sociais e estratégias de participação no Programa Governo nos Municípios**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PROJETO RENASCER. Disponível em: http://www.pe.gov.br/acoes_renascere.htm acesso em: 28/03/2004

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Helder, 1967.